



SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO

## LEI Nº 1.765/2023, DE 20 DE MARÇO DE 2023

PUBLICA

Jornal: DOE  
Edição: 1220 PG: 1a5  
Data: 22/03/23 a ---  
[Assinatura]  
Rubrica

ALTERA A LEI Nº 1.044/2011, DE 8 DE JUNHO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE TÍQUETE CESTA BÁSICA AOS SERVIDORES MUNICIPAIS.

O Prefeito Municipal de Cantagalo, Estado do Rio de Janeiro, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e, assim, sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – o §1º do artigo 1º da Lei nº 1.044/2011, de 8 de junho de 2011, fica acrescido do inciso IV, com a seguinte redação:

Art. 1º - [...]

§1º - [...]

IV – os cargos de provimento em comissão, exceto os cargos de provimento Símbolo DAS-1.

Art. 2º – os recursos para fazer face a presente lei constam do orçamento do corrente exercício, cuja despesa tem natureza indenizatória, não considerada para apuração de gastos com pessoal, nos termos da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 3º – esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 20 de março de 2023.

[Assinatura]  
JOAQUIM AUGUSTO CARVALHO DE PAULA  
PREFEITO



Estado do Rio de Janeiro  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
Secretaria Municipal de Planejamento

1

**DECLARAÇÃO DO ORDENADOR DE DESPESA**

A presente DECLARAÇÃO dispõe sobre o impacto financeiro na receita municipal com a **concessão de tíquete cesta básica aos servidores municipais detentores de cargos de provimento em comissão.**

A despesa descrita no parágrafo anterior está enquadrada, com base no disposto nos artigos 16 e 17 da Lei 101/2000 (LRF), como: **"Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado"**, que são àquelas derivadas de lei, medidas provisórias ou ato administrativo normativo que fixem para o Ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois anos.

A ordem orçamentária e financeira foi completada e fortalecida pela Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Assim, embora a LRF não tenha criado nenhuma exigência radicalmente nova para a geração de despesa, introduziu a **"Declaração do Ordenador de Despesa"**, que permite individualizar responsabilidades.

O art. 16º da LRF exige que, a despesa que está sendo gerada – portanto, a despesa nova – seja acompanhada de uma estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor, e nos dois exercícios seguintes, e de uma **"declaração do ordenador de despesa"**, atestando sua regularidade nos termos do PPA, da LDO e da LOA.

Se, além disso, a despesa for **obrigatória de duração continuada**, nos termos do art. 17 da LRF, deve-se indicar o mecanismo de compensação. Trata-se de uma **exigência adicional** e para tanto no Exercício Financeiro em vigor a compensação da despesa que está sendo criada já foi considerada na proposta do orçamento em vigor e para os demais Exercícios será de acordo com o Anexo de Metas Fiscais anexado a LDO.

Contudo, diferentemente do art. 16, no qual se enquadram muitas despesas, o art. 17 trata de caso bastante particular: a despesa **corrente** que gerar impacto orçamentário-



Estado do Rio de Janeiro  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**  
Secretaria Municipal de Planejamento

financeiro por um **período superior a dois exercícios e for obrigatória por lei ou ato administrativo normativo**, que corresponde ao caso presente projeto de Lei.

Como a geração de despesa deve ser acompanhada de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e de declaração do Ordenador de despesa e, que o impacto orçamentário-financeiro deverá ser calculado para os três exercícios subsequentes, **ANEXAMOS** a esta Declaração às memórias dos cálculos realizados por minha Assessoria.

Finalizando, declaramos como Ordenador da Despesa que todos os impactos financeiros e orçamentários provenientes do presente Projeto de Lei foram considerados e as medidas necessárias para que o mesmo seja absorvido de forma adequada pela Administração foram tomadas.

Cantagalo, 17 de fevereiro de 2023.

  
**Joaquim Augusto Carvalho de Paula**  
**Prefeito Municipal**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO  
CÁLCULO DO IMPIACTO REFERENTE A CONCESSÃO DE TIQUETE CESTA BÁSICA AOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

BASE JANEIRO /2023

DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS CONFORME DEMONSTRATIVO EM ANEXO	(A)	QUANTIDADE	(B)	CUSTO UNITÁRIO DOS TIQUETE	(C)	CUSTO MENSAL	(D) = (B x C)	CUSTO ANUAL	(E) = (D x 12)
CONCESSÃO TIQUETE CESTA BÁSICA A CARGOS COMISSIONADOS		89		R\$	429,66	R\$	38.239,74	R\$	458.876,88
VALOR DA DESPESA A SER CONSIDERADA (a)		-			-	R\$	38.239,74	R\$	458.876,88

DESPESA	DESPESA	VARIACAO % PISO SALARIAL	CUSTO ANUAL SUBSIDIO	CUSTO ANUAL SUBSIDIO	CUSTO ANUAL SUBSIDIO
DESPESA LIQUIDADADA EM 2022	R\$ 144.934.607,20	-	R\$	-	0,0000
DESPESA ESTIMADA PARA 2023 (COM BASE NA NA LDO)	R\$ 149.204.860,00	5,79%	R\$	485.445,85	0,3264
DESPESA ESTIMADA PARA 2024 (COM BASE NA NA LDO)	R\$ 161.627.600,00	5,50%	R\$	527.582,55	0,3264
DESPESA ESTIMADA PARA 2025 (COM BASE NA NA LDO)	R\$ 171.948.150,00	5,65%	R\$	567.889,86	0,3303

(c) Variação do IPCA + PIB (Banco Central - Boletim FOCUS 10/02/2023)

%		0,00		0,00		0,00
2022 (*)	R\$	-	R\$	-	R\$	-
%		0,00		0,00		0,00
2023	R\$	-	R\$	388.356,68	R\$	97.089,17
%		0,00		80,00		20,00
2024	R\$	-	R\$	422.066,04	R\$	105.516,51
%		0,00		80,00		20,00
2025	R\$	-	R\$	454.311,89	R\$	113.577,97
%		0,00		80,00		20,00

*Luiz Soares Longo*  
 Luiz Soares Longo  
 Secretário Municipal de  
 Administração e Planejamento



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO**  
**LEI MUNICIPAL N.º**  
**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO - EXERCÍCIO DE 2023**  
**ANEXO DE METAS FISCAIS**

**QUADRO III - Metas Anuais de Receitas, Despesas, Resultado Primário, Resultado Nominal e Montante da Dívida Comparativo com as Fixadas nos Exercícios Anteriores (art. 4º §§ 1º e 2º da LC 101/00)**

**Valores Correntes em R\$ 1.000**

Discriminação	3º Exercício Anterior (2019)	2º Exercício Anterior (2019)	1º Exercício Anterior (2021)	Exercício Atual (2022)	1º Exercício Seguinte (2023)	2º Exercício Seguinte (2024)	3º Exercício Seguinte (2025)
<b>Receita Total (estimada no orçamento)</b>		98.772,00	103.761,55	125.488,12	149.204,86	161.627,60	171.948,15
<b>Despesa Total (fixada no orçamento)</b>		98.772,00	103.761,55	125.488,12	149.204,86	161.627,60	171.948,15
<b>Receita Total (realizada)</b>		108.615,58	141.279,56				
* (-) Aplicações Financeiras		2.754,93	2.615,58	2.929,45	3.427,04	3.724,51	3.970,70
(-) Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Receitas de Privatização		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>= Receita Fiscal (I) valores correntes</b>		105.860,65	138.663,98	122.558,67	145.777,82	157.903,09	167.977,45
<b>Despesa Total (liquidada + RPNP)</b>		95.931,22	101.806,44				
(-) Amortização da Dívida		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Concessão de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Títulos de capital já integralizados		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Reserva de Contingência/Economia Orçam.		0,00	0,00	4.980,62	5.670,40	6.009,32	6.271,43
<b>= Despesa Fiscal (II)</b>		95.931,22	101.806,44	120.507,50	143.534,46	155.618,28	165.676,72
<b>Resultado Primário(II-I) valores correntes</b>		9.929,43	36.857,54	2.051,17	2.243,36	2.284,81	2.300,73
Dívida Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Total do Ativo Disponível	11.932,75	20.261,19	53.618,59	55.227,15	56.883,96	58.590,48	60.348,20
<b>Dívida Consolidada Líquida</b>	-11.932,75	-20.261,19	-53.618,59	-55.227,15	-56.883,96	-58.590,48	-60.348,20
<b>Dívida Fiscal Líquida ver obs.3</b>	-11.932,75	-20.261,19	-53.618,59	-55.227,15	-56.883,96	-58.590,48	-60.348,20
<b>Resultado Nominal (valores corrente)</b>		-8.328,44	-33.357,40	-1.608,56	-1.656,81	-1.706,52	-1.757,71

(1) Para os exercícios anteriores, foram utilizados os valores reais.

(2) Para o exercício atual foi utilizado o valor previsto na LOA ajustado em +12%

(3) Para os exercícios seguintes (correntes), foram utilizados os cálculos de estimativa anexados à LDO reajustados pelos índices previstos de inflação + crescimento do PIB.

(4) Dívida fiscal líquida = Dívida consolidada líquida + receitas de privatização.

(5) Na Despesa Fiscal não está sendo considerada a "Reserva de Contingência".

  
 Secretária Municipal de